



remaea

Observatório da Educação Ambiental de Base Comunitária do Rio de Janeiro: entre a prática popular e as reflexões teóricas desde el Sur¹

Marcelo Aranda Stortti²

C.E.T. Engenheiro Area Leão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1400-9834>

Celso Sanchez³

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5634-023X>

Alberto Calil Elias Junior⁴

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5414-2165>

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir a perspectiva da educação ambiental produzida em contextos comunitários, desde suas práticas e ações de caráter pedagógico que emergem de experiências comunitárias. Para tal, apresentamos o Observatório da Educação Ambiental de Base Comunitária, projeto de pesquisa e extensão universitária, organizado pelo Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur, o GEASur, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. O Observatório tem como principal objetivo mapear e compreender as experiências de educação ambiental ou ações pedagógicas, realizadas em comunidades periféricas, como favelas, aldeias, quilombos, assentamentos, terreiros, bibliotecas e cozinhas comunitárias, bem como unidades de conservação e outros espaços onde a educação ambiental acontece e é produzida em contextos e por sujeitos e sujeitas muitas vezes, invisibilizados. A partir do levantamento de experiências, pode-se identificar que há diversos e diferentes sentidos de comunidade e que muitas vezes, as experiências pedagógicas comunitárias carregam saberes ancestrais ou saberes autóctones das comunidades. Reconhecem-se, portanto, distintas formas e práticas do que podemos identificar como estratégias de educação ambiental de base comunitária.

Palavras-chave: Educação ambiental de base comunitária, Comunidade, Extensão Universitária, Ecologia Política.

¹ Trabalho realizado com apoio do CNPq no projeto Observatório da Educação Ambiental de Base Comunitária.

² Grupo de Estudos de Educação Ambiental Desde El Sur (GEASur), RedeCT. E-mail: marcelostortti@gmail.com

³ Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq nível 2. E-mail: celsosanchezp@gmail.com

⁴ Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. E-mail: caliljr@unirio.br

Observatorio de Educación Ambiental Comunitaria de Río de Janeiro: entre la práctica popular y las reflexiones teóricas desde el sur

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo discutir la perspectiva de la educación ambiental producida en contextos comunitarios, desde sus prácticas pedagógicas y acciones que emergen de experiencias comunitarias. Para ello, presentamos el Observatorio de Educación Ambiental Comunitaria, un proyecto de investigación y extensión universitaria, organizado por el Grupo de Estudio sobre Educación Ambiental del Sur, GEASur, de la Universidad Federal del Estado de Río de Janeiro, UNIRIO. El principal objetivo del Observatorio es mapear y comprender las experiencias de educación ambiental o acciones pedagógicas, realizadas en comunidades periféricas, como favelas, aldeas, quilombos, asentamientos, terreiros, bibliotecas y comedores comunitarios, así como unidades de conservación y otros espacios donde educación ambiental ocurre y son producidas en contextos y por sujetos que a menudo son invisibles. Del relevamiento de experiencias se puede identificar que existen diversos y diferentes significados de comunidad y que las experiencias pedagógicas comunitarias muchas veces conllevan saberes ancestrales o saberes indígenas de las comunidades. Por lo tanto, se reconocen diferentes formas y prácticas de lo que podemos identificar como estrategias de educación ambiental comunitaria.

Palabras-clave: Educación ambiental comunitaria, Comunidad, Extensión Universitaria, Ecología Política.

Community-Based Environmental Education Observatory of Rio de Janeiro: between popular practice and theoretical reflections desde el sur

Abstract: This paper aims to discuss the perspective of environmental education produced in community contexts, from its practices and pedagogical actions that emerge from community experiences. To this end, we present the Observatory of Community-Based Environmental Education, a research and university extension project organized by the Study Group on Environmental Education from the South, GEASur, of the Federal University of the State of Rio de Janeiro, UNIRIO. The Observatory's main objective is to map and understand the experiences of environmental education or pedagogical actions carried out in peripheral communities, such as favelas, villages, quilombos, settlements, afro-religion territories, libraries, and community kitchens, as well as conservation units and other spaces where environmental education takes place and is produced in contexts and by subjects that are often invisible. From the survey of experiences, it can be identified that there are diverse and different meanings of community and that community pedagogical experiences often carry ancestral knowledge or indigenous knowledge of the communities. Therefore, different forms and practices are recognized of what we can identify as community-based environmental education strategies.

Keywords: Community-based environmental education, Community, University Extension, Political Ecology.

Introdução

Em dezembro de 2023, o Brasil se colocava como uma das principais vozes em prol de ações visando o enfrentamento das questões climáticas, durante a realização da COP-28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos (Nicoceli, 2023). No entanto, em terras nacionais, enquanto a COP se encerrava, o país realizava um mega leilão de áreas para a exploração de petróleo e gás natural em território nacional (Oliveira, 2023). Estas contradições apontam não

somente para o “estado da arte” das questões climáticas no país, em que a desinformação socioambiental encontra terreno fértil para se propagar, mas também para o lugar dos debates sobre a Educação Ambiental na sociedade brasileira, no atual momento histórico.

O Golpe de 2016, com o impeachment da Presidenta Dilma, ofereceu as condições de possibilidade para a sedimentação do que Accioly, Sanchez e Layargues (2011) e Layargues (2019) chamam de antiecológico em que a racionalidade neoliberal vai se tornando prevalente no pensamento ambiental, com o avanço e o aval da extrema-direita. Layargues (2019) identifica quatro correntes no pensamento ambiental brasileiro, a saber: a) década de 1960, em que a predominância da ideia de desenvolvimento, relega a segundo plano o debate ecológico; b) fase de luta pelo meio ambiente, que se inicia na década de 1970, com a Conferência de Estocolmo e se estende até 1992, ano da Eco-92; c) período pós Eco-92, em que se estabelece uma relação harmoniosa entre a ecologia e a economia, emergência da ideia de desenvolvimento sustentável e d) primeira década do século XXI, quando a economia retoma a primazia sobre as questões ambientais, a título de garantia do desenvolvimento, marcando a predominância do anti-ambientalismo/ecologismo.

Refletindo sobre essas conferências, Stortti (2009) explicita que na Conferência Intergovernamental sobre a educação ambiental em Tbilisi, estabelece-se como o objetivo fundamental dessa ação educativa:

[...] lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da prevenção e solução dos **problemas ambientais, e a gestão da qualidade do meio ambiente** (IBAMA, 1997, p. 23, grifo dos autores).

E que a partir da Rio-92, para na opinião desse autor, observa-se uma mudança nessa narrativa de resolução dos problemas ambientais, para a construção de uma nova forma de pensar agora atrelada ao desenvolvimento sustentável, mais centrado na pura reprodução de informações ecológicas, atualmente climáticas, contribuindo com um posicionamento individualista, utilitarista, moldando o ser humano apartado dos não humanos/natureza, que no nosso entendimento podem colaborar para fazer a manutenção do sistema-mundo

moderno/colonial capitalista (Quijano; Wallerstein, 1992), podendo ser incompletas para a promoção de um pensamento crítico e transformador das realidades e suas desigualdades socioambientais.

Ademais, há que se considerar, conforme proposta de Malcom Ferdinand (2022), a constatação de uma dupla fratura no trato das questões ambientais,

[...] uma dupla fratura colonial e ambiental da modernidade, que separa a história colonial e a história ambiental do mundo. Essa fratura se destaca pela distância entre os movimentos ambientais e ecologistas, de um lado, e os movimentos pós-coloniais e antirracistas, de outro, os quais se manifestam nas ruas e nas universidades sem se comunicar (Ferdinand, 2022, p. 23).

Um dos desdobramentos dessa dupla fratura, apontada por Ferdinand (2022), e das dificuldades de comunicação entre os diversos atores e movimentos sociais que têm se preocupado com as questões ambientais, se manifesta na falta de ressonância destas. Exemplo está na dificuldade, quase interdição, da divulgação mais ampla dos achados das Ciências em torno do tema. Apesar dos alertas da comunidade científica sobre os efeitos nocivos das ações do modo de vida hegemônico dos humanos sobre o clima e sobre os biomas do planeta datarem, pelo menos, da segunda metade do século XX, apenas nos últimos anos o debate ambiental ganhou espaço na agenda pública, no entanto, ainda de forma marginal.

A crise climática não é aleatória e ocasional. Trata-se de uma das múltiplas crises contemporâneas, gestadas e constitutivas do modo de produção capitalista, “[...] um sistema que transforma tudo - a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos [e os não humanos], em mercadoria” (Lowy, 2013, p. 79). Em um contexto de policrises, é urgente que as Universidades Públicas não sejam apenas organizações sociais, mas reassumam seu lugar de instituições sociais, tendo “a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa”⁵ (Chauí, 2003, p. 24). Parafraseando Paulo Freire (Freire, 2019), não basta que as universidades estejam no mundo, mas com o mundo.

⁵ Em discussão sobre a Universidade Pública no Brasil, Marilena Chauí defende a ideia da Universidade como instituição social. Para a autora, uma “[...] instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições, impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais” (Chauí, 2003, p. 24).

A partir deste contexto dos debates acima apresentados, podemos supor que a ecologia política (EP) entendida nesta pesquisa a partir da leitura latino-americana de Hector Alimonda, como um campo de discussão inter e transdisciplinar que reflete e analisa as relações de poder em torno da natureza, no sentido da sua fabricação social, apropriação e controle por diferentes agentes sociopolíticos (Alimonda, 2011, p. 46). Logo, podemos perceber que a EP pode contribuir para o debate da educação ambiental a partir dos conflitos ambientais contribuindo com apoio, legitimidade, reconhecimento e fortalecimento de grupos populares, comunitários ou minoritários nas disputas dos processos de injustiças ambientais (Kassiadou; Sánchez, 2020) e identificando e valorizando e publicizando os saberes e fazeres que emergem das lutas e disputas socioambientais (Stortti, 2019).

Nesse sentido, quando pensamos nessas diferentes comunidades, podemos pensar em uma multiplicidade de concepções, que nessa pesquisa vamos utilizar o conceito de Zygmunt Bauman (2001), isto é, um construto social que se transforma ao longo do tempo e é moldado pelas condições sociais e históricas, sendo um lugar seguro, confortável onde as pessoas apresentem sentimentos de boa-vontade e solidariedade.

A partir das reflexões teóricas acima expostas, propõe-se, neste artigo, pensar a educação ambiental de base comunitária (EABC) como possibilidade teórico-metodológica para o enfrentamento dos efeitos do colapso climático nos territórios, a partir das atividades desenvolvidas pelo Observatório da Educação Ambiental de Base Comunitária (OEABC), tendo como sul, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão - o cerne da Universidade Pública no Brasil.

Consequência direta das atividades do Grupo de estudos em educação ambiental desde el Sur (GEASUR), o OEABC consiste em um projeto interinstitucional que articula pesquisadores/as de diferentes universidades do Rio de Janeiro - UNIRIO, UFRJ, UFF e UERJ - e tem como objetivo principal identificar e sistematizar experiências socioeducativas e ambientais no Estado. Favelas, aldeias, quilombos, assentamentos, terreiros, bibliotecas e cozinhas comunitárias, coletivos de mulheres, são alguns dos espaços em que as iniciativas de Educação Ambiental de Base Comunitária se fazem presentes nos territórios.

Nesta perspectiva, que caminhos a Universidade Pública deve trilhar para comunicar seus saberes e fazeres à sociedade? Como estabelecer diálogos com aqueles/as que estão nos territórios? Quais estratégias adotar para trazer o debate ambiental para o centro?

Assim, propõe-se como objetivo deste artigo analisar as experiências de EABC, até agora identificadas pelo GEASUR disponíveis no ambiente virtual do OEABC (GEASUR, 2024), resultado de um projeto que articula pesquisa, ensino e extensão de uma Universidade Pública brasileira. Para tal, apresentamos a pesquisa que identifica as experiências em EABC e em seguida discutimos as convergências do ensino, da pesquisa e da extensão universitária no âmbito da EABC.

Percursos e (re)percursos de pesquisa, metodologia e opções de caminho

Dados do IBGE apontam que em 2023 92,5% dos domicílios brasileiros possuíam alguma espécie de acesso à internet no país (Nery, 2024). Na mesma direção, a pesquisa TIC domicílios de 2023, realizada periodicamente pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil, aponta que no ano de 2023 89% da população brasileira com 10 anos ou mais já havia utilizado a internet (PESQUISA, 2024). Neste cenário, o ciberespaço constitui-se em um dos principais espaços de comunicação na contemporaneidade.

Sujeitos, movimentos sociais, órgãos públicos, sociedade civil, de algum modo, todos esses atores marcam presença nos ambientes virtuais, quer seja através de perfis em plataformas de mídias sociais ou ainda na manutenção de “páginas” ou “sites” próprios. E, no que concerne aos processos de comunicação científica, estes também são atravessados pelas formas de comunicação contemporânea. Deste modo, tornou-se prática entre pesquisadores e grupos de pesquisas, criação e manutenção de ambientes virtuais, como estratégia de comunicação com a sociedade sobre seus achados e as práticas científicas. Este é o caso do OEABC e do GEASUR, objetos da análise aqui realizada.

Trata-se de um estudo exploratório com enfoque qualitativo, de análise de documentos virtuais relativos às ações do "Observatório de Educação Ambiental de Base Comunitária no Estado do Rio de Janeiro" (OEABC) disponíveis nos endereços eletrônicos do

OEABC e do Grupo de Estudos de Educação Ambiental desde El Sur (GEASUR), a saber: <https://www.observatorioea.com/> e <https://www.geasur.com/>.

O OEABC é o desdobramento de anos de pesquisas desenvolvidas no âmbito dos estudos de Educação Ambiental realizadas pelo GEASUR, grupo de pesquisa sediado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. O GEASUR surge em 2013 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO e começa a investigar práticas de educação ambiental realizadas a partir dos territórios periféricos (como favelas) e de movimentos sociais (como os de luta por moradia) que se realizaram como pesquisas de mestrado e de doutorado (Stortti, 2019; Campos, 2019; Rangel, 2021). Estas investigações apontaram para a importância de identificação de práticas de educação ambiental que emergem das lutas populares e dos próprios territórios como apontado nas pesquisas de Bárbara Pelacani Cruz (2018).

Deste conjunto de investigações emergiu a ideia de construção de um Observatório, sobretudo com a experiência inspiradora do mapa de conflitos, desenvolvido por Anne Kassiadou Menezes, a partir de sua tese de doutoramento (Menezes, 2019) onde estudou a dimensão pedagógica dos conflitos ambientais a partir de uma análise dos diferentes observatórios de conflitos ambientais levantados em seu estudo. A autora procura articular assim, os campos da educação ambiental e da ecologia política e aponta, em suas considerações de pesquisa, a dimensão local, do território e da comunidade, como focos importantes para a contextualização da educação ambiental às demandas concretas do enfrentamento às injustiças socioambientais.

Deste modo, a análise tem como corpus da pesquisa os documentos arrolados nos ambientes virtuais supracitados, do GEASUR e do OEABC. A coleta de dados ocorreu em dois momentos: em fevereiro de 2024 e em junho de 2024. Após a coleta os documentos foram classificados para posterior análise, utilizando-se como método a análise de conteúdo proposta por Laurance Bardin (1973), na medida em que esta se propõe a ser “[...] uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição, objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto de uma comunicação” (Bardin, 1973, p. 19). A aplicação da metodologia selecionada no *corpus* da pesquisa permite a análise das ações construídas no e pelo OEABC, a partir das articulações entre a Universidade Pública e os coletivos presentes nos territórios.

A EABC na convergência do ensino, da pesquisa e da extensão universitária

Em seus escritos sobre a Universidade Brasileira, Florestan Fernandes (2020) apontava para algumas questões que, dentre outras, atravessam as suas reflexões e formulações sobre o ensino superior no Brasil, a saber: Quais são os ordenamentos produzidos pelo atual modelo de universidade? E qual o modelo de universidade que queremos? Ou ainda, nos dizeres do autor “[...] como a questão universitária se coloca na ordem social existente e como ela poderia ser solucionada dentro dela”? (Fernandes, 2020, p. 42).

Estas formulações se fazem presentes em um livro produzido pelo autor no ano de 1968, durante o regime ditatorial iniciado com o Golpe de 1964. Apesar da relativa distância temporal que nos separa da década de 1960, a análise de Florestan Fernandes impressiona pela atualidade. Os dilemas e contradições que orbitavam a Universidade Pública e a sociedade brasileira daqueles tempos, se assemelham sobremaneira às questões enfrentadas na contemporaneidade, muitas delas em tons mais densos, tal qual aponta Roberto Leher, em texto que apresenta uma reedição da obra supra-citada (Leher, 2020).

Em um contexto de persistência de exclusões e de desigualdades, a Universidade Pública deve assumir seriamente o debate e as reflexões em torno de sua participação na produção dos atuais ordenamentos societários. Atualmente, as universidades públicas são pautadas, de um lado pela autonomia e de outro pelo “tripé”, ou seja, pela articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Mas, pergunta-se, quais os sentidos que têm sido dados a este tão propalado “mantra” em nossas universidades públicas? Há um campo de disputas em que é preciso destacar que as relações entre as práticas e os sujeitos da pesquisa, do ensino e da extensão se dão a partir de relações assimétricas de poder.

Em tais relações prevalece uma determinada cosmopercepção⁶, resultante de séculos de colonialidade e produtora de monoculturas da mente, como afirma Vandana Shiva (2003),

⁶ Cosmopercepção aqui adotada segue o pensamento da filósofa Oyèrónkẹ Oyèwùmí, que em suas palavras define: “O termo cosmovisão, que é usado no Ocidente para resumir a lógica cultural de uma sociedade, capta o privilégio ocidental do visual. É eurocêntrico usá-lo para descrever culturas que podem privilegiar outros sentidos. O termo 'cosmopercepção' é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais” (Oyèwùmí, 2002, p. 392).

ao destacar a existência de um sistema de conhecimentos que instrumentaliza as estruturas de poder, modelos econômicos de produção e de destruição, em nome do crescimento econômico e do progresso da humanidade (Shiva, 2003).

A partir desse ponto de vista, esse Sistema-Mundo patriarcal/Capitalista/Moderno/Colonial (Grosfoguel, 2010, p. 458) se baseia de forma hegemônica na cultura e no conhecimento científico ocidentais – os povos da mercadoria (Kopenawa, 2015) –, e constrói, como afirma Vandana Shiva (2003), orientações únicas para moldar a realidade concreta e dominar o mundo. Toda e qualquer coisa que fuja a esta esfera passa a ser julgada como anticientífica ou primitiva, tendendo a desaparecer com o passar dos anos. Além disso, os sistemas dominantes tendem a atuar de maneiras diversas a fim de que seu saber, sua forma de ver o mundo, continue persistindo e para que permaneça com controle absoluto, desconsiderando os demais saberes (Shiva, 2003).

Nessa concepção, a monocultura da mente pode contribuir para a diminuição da sociobiogeodiversidade, que corre sérios riscos de deixar de existir e, desse modo, destruir o planeta. Para Vandana Shiva, o desaparecimento da diversidade corresponde ao desaparecimento de possíveis alternativas sociais, econômicas, culturais, biológicas, geológicas e hidrológicas; podendo conduzir ao que a autora chama de “síndrome FAIAL (falta de alternativas)” (Shiva, 2003, p. 15); ou seja, a exclusão e a destruição dessa sociobiogeodiversidade. Logo, afirma-se a urgência no cultivo da diversidade, inclusive pelo ponto de vista de maneiras de sentir, pensar e agir na Terra, o que permite a manutenção, bem como, o surgimento de comunidades e de experiências coletivas, que se apresentam como opções a esse modelo monocultural.

A partir de dados históricos e a contrapelo, esse processo colaborou com o soergimento de uma natureza colonizada, criando um projeto de morte, isto é, uma necropolítica para os seres humanos e não humanos e para os ecossistemas, focado principalmente no sul global e no nosso caso de estudo na América Latina, nome dado pelos colonizadores.

Nesse necroprojeto, as dimensões continentais dos territórios colonizados para mineração, para as monoculturas agrícolas e de agrocombustíveis demonstram o poder político e econômico que esse tipo de projeto tem a partir da modernidade (Alimonda, 2017).

Ademais, a aceitação e o espraiamento desses modos de saber e de fazer, naturalizam a eliminação do outro, daqueles e daquelas que não coadunam com a forma dominante de habitar o planeta, denominada por Malcom Ferdinand como o habitar, colonial, “[...] uma concepção singular da existência de certos humanos sobre a terra - os colonizadores -, de suas relações com outros humanos - os não colonizadores -, assim como de suas maneiras de se reportar à natureza e aos não humanos [...]” (Ferdinand, 2022, p. 49), que tem por base a subordinação geográfica, a exploração da natureza e o altericídio (Ferdinand, 2022).

Esta forma de habitar o planeta torna-se prevalente sob a égide do modo de produção capitalista, que em suas dinâmicas internas produz zonas de sacrifício, bem como um estado gestacional de crises. E, na atual crise do capitalismo, uma de suas principais características é a conformação da infraestrutura comunicacional de modo a favorecer o espalhamento da desinformação, não como um traço de uma certa disfuncionalidade do sistema, “[...] não como um fenômeno casual, um acidente, mas sim um processo intencional” (Araujo, 2024, p. 44), como parte constitutiva da dinâmica do próprio capitalismo (Bastos; Figueiredo; Schneider, 2022, p. 194). No âmbito destes ecossistemas de informação, os saberes científicos têm sido alvos privilegiados da desinformação, particularmente ao questionar e desconstruir o pensamento hegemônico.

Estes movimentos de questionamentos ganham espaço nas universidades públicas, em que se destaca a presença, mesmo que tímida, das vozes que foram subalternizadas ao longo do processo histórico de constituição do país. A adoção da Política de Cotas, como política pública nas Universidades Públicas, iniciou um processo de colorização destes espaços de saber. Contudo, o pensamento monocultural ainda resiste.

Assim, urge perguntar: Nossas práticas de pesquisa, de ensino e de extensão incorporam as vozes e a escuta das vozes dos subalternizados? Nesta Universidade, que timidamente torna-se mais diversa, as práticas e as teorias do “tripé” resistem ou aderem ao mundo hegemônico ao sistema mundo moderno? Qual o lugar que os subalternizados ocupam nesta universidade?

Nos interessa compreender os processos que emergem destes personagens e seus territórios e com elas e eles, construir e perceber as práticas comunitárias que podem possibilitar a ampliação da compreensão da educação ambiental para além das mudanças de

hábitos e atitudes individuais, destacando a importância das ecologias de saberes como elementos estruturantes para tal visão.

Para aprofundar as reflexões acima expostas, buscamos na conceituação de Ecologia Política (EP) um embasamento teórico contribuindo assim com essa pesquisa. Nesse sentido, cabe ressaltar que a EP se constitui como campo científico entre os anos sessenta e setenta embalada pela crise ecológica, especialmente pelos debates sobre uma possível guerra nuclear e os seus perigos para a humanidade (Leff, 2021).

Joan Martínez-Alier complementa essa questão, explicando que esse campo pode ser permeado por diferentes saberes e fazeres, devido a sua natureza inter-transdisciplinar. Assim sendo, esse autor afirma que a EP tem como um dos seus focos de estudo os conflitos ecológicos distributivos que são compreendidos como “[...] os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços fornecidos pelo ambiente como um sistema de suporte da vida” (Martínez-Alier, 2015, p. 113). Enrique Leff (2021), aprofunda essa questão afirmando que o marxismo e a apropriação capitalista da natureza influenciaram o direcionamento das pesquisas em EP em diálogo com os conflitos socioambientais.

Sobre essa perspectiva Hector Alimonda, argumenta que podemos pensar em diversas formas de regionalização da EP, em especial no contexto latino-americano, que a partir de uma racionalidade “outra”, que emerge dos modos de ser, dos processos de luta, dos povos afro, ameríndios, subalternizados, e incorpora as dimensões social, cultural e histórica às discussões sobre o ambiente e a sociedade (Alimonda, 2017; Dussel, 2014). Conseqüentemente, a EP latina, contribui com um olhar distinto do olhar hegemônico, eurocentrado, para essa abordagem dos problemas e conflitos socioambientais.

A partir desse diálogo de saberes e fazeres entre o pensamento crítico latino-americano e as vivências, memórias e culturas dos povos originários dessa região do sul global, propõe-se um giro ecológico, admitindo perspectivas do socioambientalismo, como a luta por justiça ambiental (Alimonda, 2015; Martínez-Alier, 2015).

Esse recorte para a América latina, contribui para que Carlos Frederico Bernardo Loureiro suponha que a EP possa estar relacionada a investigação e identificação de que pessoas de grupos/classes sociais distintas e com diferentes tipos de poder e demandas

socioambientais, culturais, econômicas contraditórias, promovam um enfrentamento que emerge do conflito e conseqüentemente de uma injustiça ambiental (Loureiro, 2012).

Nesse sentido Stortti (2019), sugere que a partir dessa disputa, algumas vezes não claramente perceptível por uma comunidade, emergem saberes e fazeres que estão interconectados pelos fluxos e refluxos sociais muitas vezes contraditórios e conflituosos de sujeitos históricos e ou as instituições/movimentos sociais que se organizam criando singulares modos de pensar e de se relacionar com o mundo, inclusive do ponto de vista educativo, formativo, identitário, comunicacional e midiático para contribuir na luta da garantia de seus interesses e direitos.

Nesse sentido, podemos buscar no pensamento de Bhabha (1998), uma categorização de comunidade, como um grupo social não homogêneo e coeso, mas sim um espaço de negociação e conflito, onde identidades múltiplas e contraditórias coexistem. Esse autor argumenta que a identidade comunitária é construída e reconstruída continuamente através de processos de representação, discurso e interação.

Maffesoli (1997), a partir do pensamento eurocêntrico, pensa a comunidade como as manifestações coletivas, isto é, uma ruptura com a visão individualista de viver, porém para esse autor o nome dado a esse agrupamento de pessoas pouco importa, podendo inclusive chamá-los de “tribo” ou “clã”, no sentido de grupos sociais urbanos, na busca pela cultura dos sentimentos, que valoriza a troca de afetos construindo uma identidade coletiva

A partir desse ponto de vista, podemos supor que emergem dos territórios e suas territorialidades uma educação ambiental de base comunitária (EABC).

Logo, a EABC, pode ser entendida como aquela que

[...] suleia o horizonte pedagógico, com um pensamento contra as colonialidades do poder, do ser, saber e pedagógica, em diálogo com o pensamento crítico latino-americano e da decolonialidade, exaltando a sociogeobiodiversidade dos territórios, bem como, a sua pluralidade de maneiras de senti-pensar e de re-existir pedagogicamente, propiciando um novo patamar nas lutas socioambientais dos povos que resistem e re-existem (Stortti, 2019, p. 163).

Acresce-se a este debate a perspectiva trazida por Ferdinand (2022) de uma Ecologia Decolonial, que assume a existência de uma relação intrínseca entre os processos de colonização e as formas de habitar o planeta, o habitar colonial e que aponta, a partir de um

giro epistemológico, para a possibilidade de abertura de diálogos entre os saberes e fazeres das Universidades - os saberes científicos - e a miríade de saberes que circulam nos territórios, com vistas a colocar no horizonte da agenda pública, a EABC.

Resultados e discussões iniciais

O Observatório da Educação Ambiental de Base Comunitária no Estado do Rio de Janeiro é um projeto que apresenta a parceria de diferentes pesquisadores, perfazendo um total de 6 pessoas distribuídas por 4 universidades brasileiras diferentes. As instituições acadêmicas identificadas foram as seguintes: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Parte-se da hipótese de que os sujeitos postos em condição de vulnerabilidade socioambiental têm o potencial de revelar e produzir estratégias e práticas sociais que possuem dimensões pedagógicas e que dialogam com a perspectiva da Educação Ambiental de Base Comunitária.

O Projeto tem investigado diferentes grupos sociais comunitários, movimentos sociais e povos originários, realizando um mapeamento inicial de experiências, compartilhando esses saberes e fazeres educativos e de EABC e disponibilizando-as, de modo a conformar um observatório acerca das formas organizativas socioambientais que emergem de grupos subalternizados no Estado do Rio de Janeiro. Nesse processo, os pesquisadores também buscam entender a perspectiva emancipatória e pedagógica destes coletivos, que podem contribuir com o fortalecimento das comunidades e servir de inspiração para outros sujeitos sociais.

O projeto do Observatório tem desenvolvido as seguintes ações: rodas de conversas sobre populações tradicionais (indígenas), reuniões com grupos populares, como as mulheres do Salgueiro (favela localizada no município de São Gonçalo), reunião e curso de extensão com as mulheres participantes da Rede Baixada Literária de Bibliotecas Comunitárias, no município de Nova Iguaçu (RJ).

As contribuições que podemos refletir sobre as informações disponíveis no site deste projeto podem ser divididas em dois grupos: da academia e da materialidade concreta das comunidades. Do ponto de vista acadêmico podemos dialogar com Silva (2016, p.100) que afirma que essas ações de EABC são “promovida no âmbito das comunidades populares, tradicionais, subalternas, indígenas e quilombolas, que tenha como objetivo a promoção de uma sociedade ambientalmente e socialmente mais justa, capaz de incorporar a ecologia de saberes e promover a alteridade epistemológica, ou seja, o encontro com o outro e suas formas de ver, conhecer e vivenciar o mundo”.

E sendo responsáveis por comandar essas ações observamos a presença somente de mulheres (jovens ou adultas). Esse aspecto ressalta o papel feminino delas nesse processo.

Sobre a materialidade concreta nas comunidades podemos supor que a ausência de políticas públicas em diferentes setores, como meio ambiente, educação, moradia, transporte, lazer etc., forçam a esses grupos sociais a criarem estratégias endógenas para amenizar a ausência dessas políticas, buscando no “ombro amigo” da vizinhança esse princípio de uma ética pelo humano e pela valorização da natureza pois a mesma oferece vários serviços de saúde (remédios), alimentares e ambientais.

Conclusões iniciais

Nesse sentido a EABC implica uma mirada crítica e situada da problemática ambiental, que contempla os seguintes aspectos: é uma educação junto com a comunidade e eminentemente participativa; busca compartilhar de forma orgânica saberes e fazeres; é um processo interdisciplinar, para o pensamento complexo; é uma educação integrada, multifacética e teórico-prática, para o pensamento crítico e a ação; busca a construção coletiva do conhecimento, e se orienta ao projeto e à construção conjunta de futuros alternativos.

E como aspecto final dessa pesquisa podemos resgatar o papel social que a Universidade Pública, materializado no tripé ensino-pesquisa-extensão, cada vez mais desvelando saberes e fazeres escondidos nas frestas e grotões das favelas e das comunidades, emergindo dos terreiros de “terra batida”, que como um vento que vem do sul global promovem um espiral de memórias, histórias, saberes, fazeres, sabores e afetos.

Referências

- ACCIOLY, I. B.; SANCHEZ, C.; LAYRARGUES, P. P. Anti-ecologismo no Congresso Nacional: o meio ambiente representado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. **Anais do VI EPEA: a pesquisa em educação ambiental e a pós-graduação no Brasil**. Ribeirão Preto: USP, 2011. p. 1-15.
- ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: ALIMONDA, H. *et al.* (coord.). **La naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 21-58.
- ALIMONDA, H. En clave de sur: la Ecología Política Latinoamericana y el pensamiento crítico. In: ALIMONDA, H. *et al.* (orgs.). **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017. p. 33-49.
- ALIMONDA, H. Ecología política latinoamericana y pensamiento crítico: vanguardias arraigadas. **Rev. Desenvol. Meio Ambiente**, v. 35, n. 1, p. 161-168, dez. 2015.
- ARAÚJO, C. A. Á. Dinâmicas da Desinformação. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas, [S. l.]**, 3 série, número especial, p. 31-52, 2024. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/14005>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1973.
- BASTOS, M. D.; FIGUEIREDO, C.; SCHNEIDER, M. Comunicação, desinformação e crise do capitalismo. In: PRATA, N. *et al.* (orgs.). **Comunicação e Ciência: reflexões sobre a desinformação**. São Paulo: INTERCOM, 2022. p. 190-219.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.
- CAMPOS, B. F. **O Direito de Ficar e de Existir: a Educação Ambiental, luta por Moradia e o Direito à Cidade na Vila Autódromo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.24, dez. 2003.
- CRUZ, B. C. P. **As lutas que educam na América Latina: a educação ambiental que emerge do conflito pela água em Cachoeiras de Macacu com um olhar desde a Colômbia**. 241 f.

Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

DUSSEL, E. **Filosofia del Sur y Descolonización**. Buenos Aires: Docencia, 2014.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: UBU editora, 2022.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GEASUR. **Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2024. Disponível em: <https://www.geasur.com/> Acesso em: 3 set. 2024.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia políticas e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 455-491.

KASSIADOU, A.; SÁNCHEZ, C. Ecologia política na educação ambiental e as potencialidades pedagógicas dos conflitos ambientais. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 09–25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/12840>. Acesso em: 19 set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.47401/revisea.v8i2.12840>.

KOPENAWA, D. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Tradução de Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LAYRARGUES, P. P. Éducation à l'environnement et anti-écologisme au Brésil: un modèle d'enseignement au service de la reproduction sociale. **Droit et Culture**, v. 78, p. 65-85, 2019.

LEFF, E. Las Relaciones de Poder del Conocimiento en el Campo de la Ecología Política: Una Mirada Desde El Sur. In: ALIMONDA, H. *et al.* (orgs.). **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017, p. 33-49.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

LOWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, jan./abr. 2013.

MAFFEZOLI, M. **A transfiguração do político**: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2015.

MENEZES, A. K., Potencialidades E Desafios Pedagógicos Dos Conflitos Ambientais: Tecendo Relações Entre Educação Ambiental Crítica e Ecologia Política. Tese (Doutorado Em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2019.

NERY, C. Internet foi acessada em 72,5 milhões de domicílios do país em 2023. **Agência IBGE notícias**. Publicado em: 16 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41024-internet-foi-acessada-em-72-5-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2023>. Acesso em: 18 ago. 2024.

NICOCELI, A. Na COP 28 Lula diz que ‘trilhões’ gastos com armas deveriam ser usados contra fome e mudança climática. **G1**. São Paulo. Publicado em: 1 dez. 2023. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/12/01/lula-discursa-na-cop-28-em-dubai.ghtml> Acesso em: 10 mar. 2024.

OLIVEIRA, E. ANP ignora emergência climática e leiloa 603 blocos de petróleo no pós COP 28. **O Eco**. Publicado em: 8 dez. 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/anp-ignora-emergencia-climatica-e-leiloa-603-blocos-de-petroleo-no-pos-cop-28/> Acesso em 10 de março de 2024.

OYĚWÙMÍ, O. Visualizing the body: Western Theories and African Subjects. *In*: COETZEE, P. H.; ROUX, A. P. J. (eds.). **The African Philosophy Reader**. New York: Routledge, 2002. p. 391-415.

PESQUISA sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2023. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20241104102822/tic_domicilios_2023_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 1 dez. 2024.

QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, v. 134, p. 583-592, 1992.

RANGEL, J. P. Gonçalves Ferreira. **Educação Ambiental Pilintra e Direito à Cidade**: Pedagogias Que Emergem da Luta por Moradia no Centro do Rio De Janeiro. Dissertação (Pós-graduação em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, J. V. C. **Sociedades de água do Morro da Formiga**: subsídios para educação ambiental de base comunitária e ecologia de saberes em uma favela carioca. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

STORTTI, M. A. **Dos movimentos sociais a academia**: uma análise das representações sociais de educação ambiental dos pesquisadores do GT (22) ANPED. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estácio de Sá – UNESA. Rio de Janeiro: UNESA, 2009. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/detalheobraform.do?seletc.action. Acesso em: 20 mar. 2016.

STORTTI, M. A. **Aprender a resistir e resistir para aprender**: um estudo sobre a Educação Ambiental que emergem das lutas de atingidos pela indústria do petróleo no Rio de Janeiro. 180 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/unirio/13962>. Acesso em: 1 dez. 2024.

Submetido em: 20-07-2024

Publicado em: 21-12-2024